

PLINIO DE ARRUDA SAMPAIO JR.*

GLOBALIZAÇÃO E REVERSÃO NEOCOLONIAL: O IMPASSE BRASILEIRO

INTRODUÇÃO

Há pelo menos duas décadas, vem sendo inculcada à sociedade latino-americana a idéia de que as economias da região estão condenadas a curvar-se ante a inelutabilidade da globalização dos negócios e a ajustar-se o mais rapidamente possível às exigências do capital internacional e das potências hegemônicas. Dentro desta concepção, o raio de manobra das economias da região está limitado à definição do ritmo e da intensidade de assimilação das transformações irradiadas pelo capitalismo central. Com raríssimas exceções, a ausência de propostas que abram novos horizontes para os povos latino-americanos levou a luta política a ficar polarizada entre as facções “modernizadoras” e “conservadoras” das burguesias latino-americanas.

Os grupos econômicos e sociais mais estreitamente articulados às novas tendências do capitalismo internacional lutam pela “globalização já”. Ansiosos por aproveitar as oportunidades de negócios que surgem da nova conjuntura mercantil, não querem perder tempo. Contando com amplo apoio da comunidade internacional, colocam as exigências do “mercado” acima de tudo, relegando os custos econômicos, sociais

* Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP).

e culturais do ajuste às exigências da globalização dos negócios a um distante segundo plano. Os segmentos que não dispõem de condição de sobreviver à concorrência externa não têm pressa. Exigem tempo para que possam se adaptar aos novos ventos do capitalismo. Batem-se por uma modernização lenta, segura e gradual.

Os arautos da modernização radical encarnam os sonhos da burguesia dependente de rápido acesso ao “Primeiro Mundo”; os defensores da modernização responsável expressam seu espírito de sobrevivência. Os primeiros funcionam como acelerador do desenvolvimento induzido; os segundos, como seu freio. Sem os “globalizados”, a economia periférica estagna, pois ela é impulsionada pelos dinamismos que se propagam das economias centrais. Sem os “jurássicos”, ela perde todo poder de barganha em relação ao grande capital internacional, pois fica sem condições de controlar seus “centros internos de decisão”.

Na prática, as duas facções devem ser vistas como os braços direito e esquerdo do desenvolvimento dependente. Os “ultra-modernistas” sabem que não podem eliminar o atraso sem levar ao paroxismo a instabilidade econômica e social; e os “pseudo-conservadores”, não desconhecem que, dentro da dependência, não é possível resistir para sempre as imposições que vêm de fora para dentro como um furacão avassalador. Apesar de se situarem em pólos opostos, ambos concordam em relação a uma questão fundamental: a combinação do moderno e do atraso constitui o único meio das regiões periféricas participarem dos ritmos desiguais do desenvolvimento capitalista. Por isso, não podem romper com as estruturas externas e internas responsáveis pela reprodução do capitalismo dependente.

Não é de estranhar a incapacidade das classes dominantes contemplar nas suas políticas os interesses dos segmentos marginalizados do progresso econômico. Os que vociferam à favor das reformas liberais revelam-se empedernidos conservadores quando se trata de enfrentar as reformas agrária e urbana. Os que se proclamam guardiões da identidade nacional descartam qualquer mudança que possa ameaçar seu acesso aos padrões de vida e consumo das economias centrais. As alternativas fora dos parâmetros da modernização conservadora são estigmatizadas e imediatamente descartadas sob a alegação de que provocariam o caos econômico, social e político. Assim, as classes dominantes latino-americanas construíram a sua própria versão do “fim da história”.

O dilema *globalização* ou *dilúvio* não passa, no entanto, de um sofisma. Primeiro, porque nada garante que a subordinação às tendências da divisão internacional do trabalho livre as economias periféricas de processos caóticos de desorganização produtiva e crise social. O impacto da globalização depende das características específicas do desenvolvimento desigual do capitalismo e da natureza de seus efeitos sobre as

estruturas de cada formação social. Segundo, porque o reconhecimento da transnacionalização do capitalismo como realidade histórica, cuja existência extrapola o controle de nações individuais, não significa que as sociedades da periferia estejam condenadas a ajustar-se passivamente às suas exigências. O Estado nacional pode selecionar as tendências que pretende absorver e bloquear aquelas que considera nocivas para seu desenvolvimento.

O objetivo deste artigo é mostrar que a globalização dos negócios tende a provocar um processo de reversão neocolonial nos países que fazem parte da periferia do sistema capitalista mundial e, portanto, que é absolutamente imprescindível definir uma estratégia nacional para enfrentar os efeitos desagregadores da globalização sobre as economias latino-americanas. A exposição será desdobrada em três partes. Primeiro, mostraremos a natureza da crise contemporânea do Estado nacional, relacionando-a com as novas características do desenvolvimento capitalista. Examinaremos, então, os traços dominantes da resposta das economias centrais ao novo contexto histórico, buscando identificar a lógica do novo imperialismo. Em seguida, esboçaremos uma explicação para a singularidade do novo padrão de dependência na América Latina, apontando seus efeitos devastadores sobre o Estado nacional. Por fim, apresentaremos uma explicação mais detalhada sobre a particularidade da crise brasileira e sobre os dilemas em que se encontra a sociedade brasileira.

GLOBALIZAÇÃO, CRISE DO ESTADO NACIONAL E IMPERIALISMO

A partir de meados da década de setenta, o aprofundamento da transnacionalização do capitalismo desencadeou uma série de conflitos econômicos e políticos que começaram a minar as bases do Estado nacional. No campo econômico, o caráter predatório da concorrência e a crescente mobilidade dos capitais comprometeram a capacidade da sociedade nacional preservar o controle sobre os centros internos de decisão e reproduzir os mecanismos de solidariedade orgânica entre as classes sociais. No plano político, a acirrada disputa pelo monopólio das novas tecnologias e pelo controle dos mercados mundiais acirraram perigosamente as rivalidades entre os Estados nacionais, provocando uma encarniçada concorrência pela atração de investimentos produtivos e pela criação de empregos industriais.

Sem questionar os processos responsáveis pela transnacionalização do capitalismo, os países centrais tem procurado amenizar suas conseqüências mais nefastas, lançando mão de políticas neomercantilistas que acabam intensificando ainda mais o estado de guerra econômica. O objetivo último é transformar o espaço econômico ao qual se

vinculam em base estratégica da concorrência intercapitalista em escala mundial. Daí, a corrida desenfreada para aumentar a estabilidade da moeda, a produtividade da força de trabalho, a qualidade da infraestrutura econômica. Paralelamente, tentam redimensionar a escala de sua fronteira econômica e a importância relativa de seus mercados internos, promovendo diferentes estratégias de integração regional e criando diversos mecanismos supranacionais de política econômica. É esta a lógica da formação de grandes blocos econômicos como a ALCA, articulada pelos Estados Unidos, e a União Européia, que se organiza em torno da Alemanha.

Se as economias capitalistas mais desenvolvidas ainda possuem alguma capacidade de atenuar os efeitos mais destrutivos da globalização dos negócios (que elas próprias impulsionam), reforçando a escala de suas economias e de suas estruturas estatais, as tendências que levam ao enfraquecimento dos Estados nacionais manifestam-se com força redobrada nas regiões periféricas.

O problema central é que o novo contexto histórico reduz dramaticamente os graus de liberdade das burguesias das economias periféricas diante do capital internacional. Como as empresas transnacionais passaram a operar com tecnologias concebidas para mercados supranacionais, com renda média muito elevada, a natureza de seus vínculos com as economias dependentes tornou-se muito mais fluida. A situação é bem diferente daquela que ocorrera na fase final de difusão da Segunda Revolução Industrial. No ciclo expansivo do pós-guerra, a estratégia de conquista dos mercados internos, mediante a transferência de unidades produtivas, levava o capital internacional a exigir espaços econômicos nacionais relativamente bem delimitados. Tratava-se de evitar que unidades produtivas deslocadas para a periferia sofressem a concorrência de produtos importados. É este contexto histórico que permitiu que, até o início dos anos oitenta, as economias mais avançadas da região apresentassem uma certa convergência tecnológica com as economias centrais. Na era da mundialização do capital, estamos assistindo a um fenômeno bem diferente. O objetivo das grandes empresas transnacionais é diluir a economia dependente no *mercado global* para que possam explorar as potencialidades de negócios da periferia sem sacrificar sua mobilidade espacial. Por esse motivo, os gigantes da economia mundial não querem que as fronteiras nacionais continuem rigidamente delimitadas. O interesse no “Terceiro Mundo” se resume basicamente aos seguintes objetivos: ter livre acesso aos mercados, (não importando se eles serão atendidos com produtos importados ou com produção local – a decisão depende de circunstâncias ditadas pela estratégia de concorrência de cada empresa); ter o máximo de flexibilidade para aproveitar as potencialidades da região como plataformas de

exportações que requerem mão-de-obra barata; açambarcar das mãos do capital nacional, público ou privado, os segmentos da economia que possam representar bom negócio.

A adversidade do contexto histórico enfrentado pelos países latino-americanos foi agravada pelo efeito extremamente negativo do colapso da União Soviética sobre o poder de barganha dos países periféricos no sistema capitalista. Sem medo do fantasma comunista, as nações hegemônicas sentiram-se livres para desrespeitar os princípios mais elementares da autodeterminação dos povos. Sem sustentação externa e sem base material interna para sustentar o seu poder de classe, as burguesias dependentes estão se convertendo em burguesias que vivem de intermediar negócios de compra e venda de mercadorias no mercado internacional, de patrimônio público e privado e de ativos financeiros. Isso explica a desfaçatez com que grandes potências, direta ou indiretamente, pressionam as economias dependentes a se adaptar incondicionalmente às suas exigências; bem como a docilidade com que tais pressões são recebidas pelos mandatários-títeres de plantão.

Em suma, na ordem internacional emergente, o *desenvolvimento nacional* não está no horizonte de possibilidades dos países periféricos. A comunidade internacional reduziu tudo que estiver fora dos megablocos regionais a cobiçados *mercados emergentes* ou reles *zonas de pobreza*. Na nova divisão internacional do trabalho, cabem às economias periféricas fundamentalmente três papéis: franquear seu espaço econômico à penetração das grandes empresas transnacionais; coibir as correntes migratórias que possam causar instabilidade nos países centrais; e aceitar a triste e paradoxal função de pulmão e lixo da civilização ocidental.

NOVA DEPENDÊNCIA E OS RISCOS DE REVERSÃO NEOCOLONIAL

Expostas à fúria da globalização e ao arbítrio dos países ricos, as sociedades latino-americanas ficaram sujeitas a mecanismos draconianos de neocolonização. Três processos são suficientes para caracterizar a perversidade da “nova dependência”.

Primeiro, a difusão desigual do progresso técnico aumentou a defasagem tecnológica das economias atrasadas. A incapacidade estrutural de suportar a concorrência internacional deixou a periferia extremamente vulnerável a processos catastróficos de desestruturação produtiva. Encontra-se aí, em última instância, a origem das forças disruptivas que, desde os anos oitenta, comprometeram a continuidade dos processos de industrialização e a estabilidade dos sistemas monetários. Nesse contexto, os investimentos externos transformaram-se em verdadeiros “enclaves” que, desarticulados do conjunto da economia,

na melhor das hipóteses, são capazes de gerar algumas “ilhas” de prosperidade. Enganam-se, portanto, os que depositam tanta esperança no poder do capital internacional como mola mestre do crescimento.

Segundo, a transnacionalização do capitalismo reforçou a dependência financeira, o que se evidencia pelo caráter estrutural dos desequilíbrios no balanço de pagamentos. Depois da conclusão do Plano Brady, no início dos anos noventa, quando os bancos privados finalmente digeriram a crise de sobreendividamento da década anterior, as economias latino-americanas foram pressionadas a adotar políticas de estabilização monetária e programas de liberalização destinados a impulsionar a inserção especializada das economias periféricas no sistema capitalista mundial e a fomentar uma nova rodada de modernização dos padrões de consumo. À mercê das vicissitudes das finanças internacionais, as economias da região vêm-se forçadas ora a gerar megasuperávits comerciais, destinados a pagar o serviço da dívida externa, ora a produzir megadéficits comerciais, a fim de viabilizar a compra maciça de produtos estrangeiros e a absorção indiscriminada de empréstimos internacionais. Nessas circunstâncias, o mercado interno deixa de ser o centro dinâmico da economia e a instabilidade econômica torna-se uma fonte permanente de crise social e política.

Por fim, as transformações no padrão de desenvolvimento capitalista intensificaram a dependência cultural, comprometendo a premissa elementar de um Estado nacional: sua existência como entidade dotada de “vontade política” própria. De um lado, os progressos tecnológicos nas áreas de comunicações e transportes exacerbaram o mimetismo cultural, levando ao paroxismo a propensão das classes médias e altas de copiar os padrões de consumo e comportamento difundidos do centro hegemônico. Os efeitos perversos desta forma de incorporação de progresso técnico sobre as sociedades periféricas são conhecidos: maior concentração de renda e crescente exclusão social. Quanto maior o hiato entre desenvolvidos e subdesenvolvidos tanto maior a desigualdade social necessária. De outro lado, a sacralização do “mercado” como princípio organizador da vida social deixou as regiões periféricas totalmente indefesas diante do grande capital internacional. Negando a “vontade política” como meio de construção da Nação, elas abriram mão de seu principal instrumento de ação coletiva: o Estado nacional.

A natureza anti-nacional e anti-social do modelo econômico neoliberal fica patente no momento de pagar a dívida externa. O dilema se situa entre cumprir os compromissos assumidos com a comunidade econômica internacional e satisfazer as demandas das classes abastadas de rápido acesso aos bens de consumo das economias centrais ou, pelo contrário, defender os interesses nacionais e atender às necessidades das classes populares. Sem controle sobre seu destino, a vida de sua

população passou a oscilar de maneira ciclotímica entre a euforia e a impotência, conforme a direção dos fluxos de capital externo.

A realidade extraordinariamente adversa do novo marco histórico logo se fez sentir. Sujeita à lógica ultra-especulativa dos capitais internacionais, as economias latino-americanas ficaram condenadas a intercalar fases de estabilidade inflacionária e baixo crescimento, quando, apostando na compra de ativos baratos, há entrada maciça de capitais externos; e fases de crises cambiais agudas e recessão intensa, quando, em típica operação de realização de lucros, os capitais internacionais saem em debandada da região. Contraditando a crença de que a adesão ao receituário neoliberal permitiria à América Latina aumentar a competitividade de sua economia e aproximá-la do Primeiro Mundo, o balanço de quase duas décadas de ajuste às determinações da comunidade internacional mostra uma realidade desoladora, marcada pela ampliação do atraso econômico e acelerada deterioração das condições de vida da população. Nesse contexto, não deve causar surpresa o avanço descontrolado da barbárie, ainda que de maneira desigual, em todos os recantos do continente.

BRASIL: O IMPASSE DA FORMAÇÃO

No Brasil, a exaustão do processo de substituição de importações iniciou um período de estagnação da renda per capita, obsolescência das forças produtivas, enfraquecimento da estrutura de capital das empresas nacionais e desmantelamento do Estado desenvolvimentista. Interrompia-se, assim, um longo ciclo de expansão das forças produtivas durante o qual a economia brasileira havia ampliado seu mercado interno, internalizado as estruturas fundamentais da Segunda Revolução Industrial e cristalizado as bases do Estado nacional burguês.

O impacto das novas tendências do sistema capitalista mundial sobre a economia nacional foi sobredeterminado pela submissão da política econômica às pressões dos credores internacionais para reciclar a dívida externa, bem como pelo apoio incondicional oferecido aos movimentos do grande capital de fuga para a liquidez e de busca de mercados externos –expedientes utilizados para mitigar as incertezas provocadas pela exaustão do padrão de acumulação. São tais processos os principais responsáveis pela crise do padrão monetário brasileiro, cujo sintoma mais conspícuo foi a dificuldade de debelar a tendência à aceleração inflacionária ao longo de toda a década de oitenta.

Até o início da década de noventa, a subordinação da política econômica ao esquema convencional de reciclagem da dívida externa transformou a transferência de recursos reais ao exterior no principal eixo de articulação da intervenção do Estado na economia. (Sampaio Jr., 1989: 118-135). A fim de evitar uma violenta crise desvalorização

de ativos produtivos, as autoridades econômicas sustentaram artificialmente a rentabilidade corrente das empresas e o valor contábil de seus patrimônios, adotando medidas para impedir uma recessão aberta e prolongada e resistindo às pressões para a liberalização da economias.

Premido pela urgência de administrar a extrema instabilidade da economia, o Estado brasileiro não articulou um plano de reorganização produtiva. A renegociação da dívida externa não significou a superação do estrangulamento cambial e o ajuste privado não teve como contrapartida um aumento da competitividade dinâmica da economia brasileira¹. Por isso, ainda que a estratégia de protelar o enfrentamento dos problemas colocados pelo novo contexto internacional tenha evitado a hiperinflação aberta, ela só agravou a obsolescência do parque produtivo. Mais do que isso. Ao preservar os vínculos financeiros dos credores externos com os mutuários internos, particularmente com as unidades de gasto do setor público, a reciclagem da dívida externa reforçou de maneira extraordinária a influência da comunidade financeira internacional sobre os rumos da política econômica brasileira. Ao cancelar o ajuste privado em direção a ativos financeiros e às exportações, a política econômica provocou o encilhamento financeiro do setor público.

No final dos anos oitenta, a falta de perspectiva em relação à retomada do financiamento externo, o crescimento acelerado da dívida pública e o progressivo encurtamento do perfil de vencimento dos

1 A hipótese aqui desenvolvida é a de que foi a ação do Estado que evitou que a fuga generalizada para a liquidez provocasse uma violenta crise de liquidação de ativos produtivos. Na primeira metade dos anos oitenta, tal estratégia se traduziu em medidas que procuravam compatibilizar a geração de megasuperávits comerciais com a preservação de um patamar de demanda efetiva suficiente para evitar crises abertas de liquidação. Para tanto, foram tomadas medidas destinadas a contrabalançar os efeitos da contração do mercado interno sobre a contabilidade das empresas, tais como estímulos às exportações, estatização da dívida externa e defesa artificial da rentabilidade corrente do grande capital industrial. Na segunda metade da década, o crescente risco de que os grandes detentores de riqueza financeira fugissem concentradamente para ativos reais e moeda estrangeira colocou a política econômica integralmente a reboque dos movimentos especulativos do mercado financeiro e dos grandes grupos exportadores. Conciliar os compromissos assumidos com os credores internacionais com a preservação da confiança na moeda nacional tornaram-se, assim, os dois principais desafios das autoridades econômicas. A impossibilidade de alcançar simultaneamente essas duas metas levou à adoção de um padrão de gestão econômica que combinava a suspensão temporária dos pagamentos aos credores internacionais com a administração ad hoc da tendência à aceleração inflacionária. Sem raio de manobra para arbitrar o nível das taxas de juros e as condições de liquidez dos ativos financeiros, a política antiinflacionária ganhou um caráter paradoxal, assumindo a forma ora de uma estratégia de “choques” –destinados a controlar diretamente os preços e desindexar a economias, quando o processo inflacionário ameaçava fugir completamente de qualquer controle–, ora de uma política de “coordenação” dos aumentos de preços e reindexação da economia, quando, após a liberação dos preços, a aceleração inflacionária voltava a ganhar ímpeto.

títulos públicos evidenciavam que a crise dos padrões de financiamento externo e interno havia atingido o clímax. Impotente diante dos grandes detentores de riqueza financeira e dependente dos setores geradores de divisas internacionais, o Estado brasileiro ficou sem instrumentos para fazer política econômica. O agravamento da incerteza estrutural e a extrema fragilidade financeira do setor público diminuía dramaticamente o raio de manobra do Estado para continuar resistindo ao impacto desagregador do novo padrão de concorrência intercapitalista sobre o parque industrial brasileiro. É a partir desse pano de fundo que devemos entender a inflexão na política econômica do início dos anos noventa, quando, entorpecido pelo vendaval neoliberal que assolava o mundo, o Brasil passou a sancionar sistematicamente as pressões liberalizantes da comunidade financeira internacional.

Percebendo o perigo que significava continuar insistindo em uma política de indefinida resistência ao ajuste neoliberal –perigo representado pela crescente presença das forças populares na vida política nacional–, as classes dominantes brasileiras unificaram-se monoliticamente em torno de um objetivo comum: a promoção de uma nova rodada de modernização dos padrões de consumo². Capitulando às recomendações do Consenso de Washington, a política econômica passou a articular-se, desde então em função da necessidade “ajustar” o Brasil às exigências da mundialização do capital.

A liberalização da economia fez com que a industrialização pesada, há tempo agonizante, entrasse em fase terminal, desencadeando um processo de desestruturação do aparelho produtivo que compromete os elos estratégicos que permitiam à economia brasileira funcionar como um todo orgânico. Não são difíceis de imaginar os efeitos desagregadores que as tendências em curso provocam em uma sociedade como a brasileira: com um território de dimensões continentais, imenso contingente populacional, fortes heterogeneidades regionais e sociais, grau de urbanização equivalente ao de países industrializados, parque industrial altamente diversificado e vasto aparelho estatal.

A crise do padrão de industrialização pesada desarticulou um dos principais mecanismos de legitimação ideológica do *statu quo* junto às classes operárias e às camadas mais desfavorecidas da população: a ilusão de classificação social provocada pela elevada mobilidade so-

2 Simboliza de maneira emblemática a nova escala de prioridades das classes dominantes brasileiras a consigna do candidato Collor de Mello: “o carro brasileiro é um carroça”. Florestan Fernandes fez a crônica do processo político que desembocou na liberalização da economia em artigos publicados na imprensa, sobretudo na *Folha de São de Paulo*. Alguns desses artigos foram reunidos nos livros *Democracia e desenvolvimento* (1994) e *Em busca do socialismo* (1995).

cial verificada ao longo do ciclo de substituição de importações. A falta de dinamismo do novo modelo econômico e sua elevada instabilidade diminuiram significativamente o multiplicador de emprego dos setores mais produtivos da economia. A liberalização da economia e os efeitos destrutivos da nova onda tecnológica sobre as estruturas da Segunda Revolução Industrial elevaram dramaticamente a heterogeneidade estrutural da base produtiva, bem como a importância relativa do desemprego tecnológico provocado pela modernização das forças produtivas e pela concorrência de produtos importados. A década de noventa marcou, assim, uma inflexão no lento e tortuoso processo de formação de um mercado de trabalho relativamente homogêneo³.

Além de agravar a crise social no campo e na cidade, a ruptura das bases materiais que sustentavam as correntes migratórias de força de trabalho começou a fomentar perigosas rivalidades inter-regionais e processos de segregação social (a propósito, ver Furtado, 1992). Por isso, a exaustão da industrialização pesada minou a solidez material e social do pacto federativo brasileiro, colocando em questão a própria coesão territorial do país. Esboçada no pós-guerra e consolidada durante a ditadura militar, a unidade que sedimentava os interesses das oligarquias regionais baseava-se em dois pilares fundamentais: o pânico em relação à emergência do povo na política e o consenso em torno da industrialização dependente e excludente como objetivo estratégico das classes dominantes (Florestan, 1990: 25-27). O segundo pilar teve que ser imolado para que uma parcela da população brasileira pudesse ingressar na nova rodada de modernização dos padrões de consumo. Exposta ao processo de mercantilização que se irradia do centro do sistema capitalista mundial, a economia brasileira fica sujeita a forças centrífugas que tendem a segmentar o espaço econômico nacional, entre regiões que conseguem encontrar nichos de mercado na nova divisão internacional do trabalho –verdadeiras “ilhas de prosperidade” que procuram aumentar seu grau de autonomia em relação ao poder central– e regiões que ficam marginalizadas do comércio internacional e que tendem a ser desarticuladas em partes estanques que funcionam fechadas sobre si mesmas.

Dentro da longa transição do Brasil colônia de ontem para o Brasil nação de amanhã, a conjuntura atual caracteriza-se pelo fato de que a globalização dos negócios transformou em antagonismo aberto a secular contradição entre o desenvolvimento desigual do sistema ca-

3 Tal processo se consubstanciava em um padrão de absorção de mão-de-obra, de acordo com o qual os trabalhadores expulsos do campo tendiam a ser empregados em atividades de baixa produtividade nas cidades à espera de sua eventual absorção nas atividades industriais de elevada produtividade.

pitalista mundial e a consolidação do Estado nacional como uma entidade relativamente autônoma. Uma formulação sintetiza a essência do momento histórico brasileiro: dependência e barbárie⁴. De acordo com a interpretação de três dos maiores pensadores do Brasil –Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Celso Furtado– a missão civilizatória do capitalismo dependente teria atingido o limite de suas possibilidades. Em algum momento entre 1950 e 1980, intervalo exíguo quando visto de uma perspectiva histórica de longo prazo, a burguesia brasileira teria se divorciado completamente das demais classes sociais. A partir de então, o país passava a ser visto como um mero instrumento de seus interesses particularistas e imediatistas.

Em suma, a incapacidade de evitar os efeitos destrutivos da crise da industrialização pesada comprometeu as bases materiais, sociais e políticas do Estado nacional, colocando o Brasil diante da ameaça de processos de reversão neocolonial que interrompem o movimento de construção da nação. Nessas circunstâncias, não parece um exagero afirmar que há uma incompatibilidade incontornável entre: a disciplina financeira e monetária exigida pela comunidade financeira internacional; a reprodução de mecanismos de mobilidade social que sejam capazes de dar um mínimo de legitimidade ao sistema político; e a recomposição de um esquema regional de poder que neutralize as poderosas tendências que levam ao fracionamento da nação.

Nessas circunstâncias, para sobreviver como projeto civilizatório, a sociedade brasileira não teria outra alternativa senão romper o quanto antes com as relações econômicas, sociais e culturais responsáveis pela situação de dependência e subdesenvolvimento. Continuar igual seria acelerar a rota suicida de decadência econômica, regressão social e decomposição moral. A gravidade do momento histórico fica evidenciada tanto na conclamação de Caio Prado Júnior, de meados dos anos sessentas, a favor da “revolução brasileira” quanto na insistência de Florestan Fernandes, desde o início dos anos setentas, no caráter anti-social, anti-nacional e anti-democrático da burguesia brasileira, assim como na eloqüente advertência de Furtado, no início dos anos noventas, de que forças externas poderosíssimas ameaçam a integridade do sistema econômico nacional.

A adversidade do marco histórico e os complexos problemas do Brasil revelam que não há atalho para o desenvolvimento nacional. O

4 Esta síntese deve ser vista como contraposição tanto à idéia de que dependência e desenvolvimento poderiam marchar em paralelo –formulação que alimentava as ilusões desenvolvimentistas das classes dominantes brasileiras desde Juscelino Kubitschek– quanto à idéia de que “o Brasil não é um país subdesenvolvido mas um país injusto” –proposição que orienta a visão das atuais autoridades brasileiras.

desafio é colossal e, ao contrário do que se supõe, não haverá cooperação internacional. A continuidade do movimento de formação do Brasil contemporâneo está ameaçada e ela só prosseguirá se as classes sociais interessadas na construção da nação tiverem a vontade férrea de levar a superação do capitalismo dependente às últimas conseqüências. Furtado, um intelectual reconhecido pela sua visão ponderada dos problemas nacionais, não escondeu o caráter decisivo do momento histórico.

Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade lingüística e religiosa. Mas nos falta a experiência de provas cruciais, como as que conheceram outros povos cuja sobrevivência chegou a estar ameaçada. E nos falta também um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades, e principalmente de nossas debilidades. Mas não ignoramos que o tempo histórico se acelera e que a contagem desse tempo se faz contra nós. Trata-se de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devenir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-nação (Furtado, 1992: 61).

Ao abrir novos horizontes para o desenvolvimento histórico, a idéia de uma ruptura com a situação de dependência representa uma alternativa criativa à discussão que circunscreve as opções das sociedades dependentes à escolha binária entre o modernismo desvairado dos neoliberais e a nostalgia extemporânea do nacional desenvolvimentismo. Este é o caminho de quem não aceita o impasse que limita o debate sobre o futuro do Brasil a um estéril braço de ferro a respeito do ritmo e da intensidade do processo de reciclagem do padrão de consumo de uma pequena parcela da população. A extrema adversidade do momento histórico revela que não há atalho para o desenvolvimento nacional. O desafio é colossal e a urgência do problema inadiável. As forças políticas comprometidas com o futuro da nação devem transformar a *revolução democrática* –a erradicação do *apartheid* social– e a *revolução nacional* –a desarticulação da dependência econômica e cultural– nas duas principais prioridades da agenda política da nação. A questão fundamental consiste em livrar o Brasil de suas três principais mazelas: *o caráter dependente de seu sistema econômico* –uma forma de organização da vida material que deixa as estruturas e dinamismos da economia sujeitos às vicissitudes dos movimentos especulativos do ca-

pital internacional; *a natureza assimétrica de seu regime de classes* –um padrão de estratificação social que coloca um abismo entre ricos e pobres, caracterizando um sistema de *apartheid* social; e *o pesado fardo de uma cultura colonialista*, que compromete a capacidade da sociedade de discernir suas necessidades –uma visão de mundo estreita que transforma a cópia dos estilos de vida e de consumo das economias centrais na prioridade absoluta das classes dominantes.

Quando se contrasta o abismo que existe entre a estatura dos intelectuais que conclamam o povo latino-americano a dar um basta à situação de dependência e subdesenvolvimento e a petulância dos que vendem a ilusão de que a América Latina está ascendendo ao “Primeiro Mundo”, não se pode deixar de lembrar a conhecida máxima do Padre Vieira:

Se quereis profetizar os futuros, consultai as entranhas dos homens sacrificados: consultem-se as entranhas dos que se sacrificaram e dos que se sacrificam; e o que elas disserem, isso se tenha por profecia. Porém, consultar quem não se sacrificou, nem se sacrifica, nem se há de sacrificar, é não querer profecias verdadeiras; e querer cegar o presente e não acertar o futuro.

BIBLIOGRAFÍA

- Fernandes, Florestan 1990 “Nem Federação nem democracia” em *Revista São Paulo em Perspectiva* (São Paulo) Vol. 4, N° 1.
- Fernandes, Florestan 1994 *Democracia e desenvolvimento* (São Paulo: Hucitec).
- Fernandes, Florestan 1995 *Em busca do socialismo* (São Paulo: Xamã).
- Furtado, Celso 1992 *Brasil: a construção interrompida* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Sampaio Jr., Plínio de Arruda 1989 “Auge e declínio da estratégia cooperativa de reciclagem da dívida externa” em *Novos Estudos* (São Paulo) N° 25.